

AS IMPLICAÇÕES DO NEOCONSERVADORISMO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS: UM ESTUDO A PARTIR DO GOVERNO BOLSONARO

MARIA LUCIENE DA SILVA ARAÚJO

Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar (SEMED), Russas, Ceará, Brasil

MARCOS ADRIANO BARBOSA DE NOVAES

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Limoeiro do Norte, Ceará, Brasil

GILCÉLIA BATISTA DE GÓIS

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil

RUTH MARIA DE PAULA GONÇALVES

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, Ceará, Brasil

RESUMO: A partir dos contributos da teoria social crítica em sua vertente marxista, objetivamos problematizar as universidades públicas federais no cenário neoconservador que ascendeu no Brasil em meados do ano de 2016, legitimando discursos conservadores e a disseminação dos ideais e valores da ideologia pós-moderna. Para tanto, realizamos revisão de literatura e análise de noticiários vinculados ao meio de comunicação digital – internet – publicados no primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019). Concluímos que este quadro neoconservador e de extrema-direita direciona para as instituições de ensino superior federais a perseguição em nome do combate à balbúrdia, à censura do pensamento crítico e à desvalorização dos conhecimentos produzidos nas ciências humanas, ao mesmo tempo em que buscam a redução dos investimentos públicos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoconservadorismo. Governo Bolsonaro. Universidades Federais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história da universidade pública brasileira é atravessada por dilemas e jogos políticos que a distanciam de seu real objetivo, qual seja, atender às demandas sociais, científicas e tecnológicas por meio da produção do conhecimento, da formação qualificada de profissionais e de ações extensionistas. Responsável pelo ensino superior, as universidades são reconhecidas como espaço do cultivo do saber plural e democrático (DRUMOND, 2012). No Brasil, o ensino superior foi pensado para satisfazer as necessidades da Corte Portuguesa que chegara à Colônia para residir em 1808 (FÁVERO, 2006). É pertinente frisar que naquela época surgiram os primeiros cursos de nível superior, e não as universidades propriamente ditas, uma vez que a criação das universidades simbolizava uma ameaça para o poder da Corte Portuguesa, haja vista que possibilitaria o pensamento crítico e o rompimento com a base conservadora do então sistema econômico e político vigente.

Após a Proclamação da República (1989), houve algumas iniciativas para este fim em diversos estados, no entanto, não alcançaram êxito em virtude da escassez de

recursos financeiros por parte dos estados (FÁVERO, 2006). Segundo Fávero (2006, p. 21), uma das tentativas “[...] foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última Fala do Trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir-se centros de alta organização científica e literária”. Esta promessa veio a ser cumprida a partir da Reforma de Carlos Maximiliano em 1915. Esta reforma dispôs sobre a junção das “Escolas de Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito” (FÁVERO, 2006, p. 21-22). Segundo a reforma, esta junção deveria ocorrer quando o Governo Federal considerasse oportuno. Dessa feita, em 1920, sob ordenamento federal, a Universidade do Rio de Janeiro foi criada em virtude do centenário da independência brasileira e com interesse político de conferir o título de Doutor Honoris Causa ao Rei da Bélgica (OLIVE, 2002).

Face a esta breve sistematização da criação da primeira universidade pública brasileira, podemos afirmar que estas instituições estão sob influência direta daqueles que ocupam o lugar de poder de decisão, direcionando normativas para atender aos interesses políticos e econômicos em detrimento das demandas da sociedade. Em outros termos, no seio da ordem sociometabólica do capital e do ideário neoliberal e pós-moderno, a política educacional é redirecionada para atender às requisições do sistema vigente. Diante disso, as universidades são vistas sob duas óticas: de um lado, como nichos lucrativos por meio de políticas que destinam recursos públicos para a esfera privada e incentivos fiscais para instituições privadas que ofertam o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e/ou possibilitam o acesso mediante o Financiamento Estudantil (FIES), por outro lado, como espaços que ameaçam a ordem com seus conhecimentos que ultrapassam a imediaticidade do cotidiano.

Perante ao exposto, reportamo-nos ao cenário fomentado pelo governo de Jair Bolsonaro (Sem Partido) para as universidades públicas, em especial para as universidades federais, em meio à ascensão do neoconservadorismo alinhado à ideologia pós-moderna em uma conjuntura econômica, política e cultural de desmonte das políticas públicas, de redução do papel do Estado na área social, bem como de apelo à ordem e aos valores morais intrínsecos à família, à tradição e à religião.

Assim sendo, a partir dos contributos da teoria social crítica em sua vertente marxista, analisando noticiários vinculados ao meio de comunicação digital internet e mediante revisão de literatura, buscamos problematizar o que se reserva para as universidades públicas federais no governo neoconservador de extrema direita de Bolsonaro.

Vale dizer que os noticiários foram publicados no primeiro ano de mandato do então presidente (2019) e escolhidos conforme a vinculação a sites socialmente confiáveis e de credibilidade. Por fim, estruturamos nossa discussão em três momentos: abordamos, sucintamente, o neoconservadorismo e a ideologia pós-moderna no Brasil; em seguida, tratamos sobre o golpe de 2016, seus efeitos na educação e nas universidades públicas no governo Bolsonaro e, finalmente, apontamos algumas reflexões sobre a importância dos movimentos sociais em uma conjuntura adversa aos progressos realizados no campo dos direitos sociais.

CONTEXTUALIZANDO O NEOCONSERVADORISMO E A IDEOLOGIA PÓS-MODERNA

Entender as expressões do neoconservadorismo no Brasil nos leva, em um primeiro momento, à compreensão dos fundamentos do conservadorismo, que surgem em contraposição às conquistas alcançadas pela Revolução Francesa, em 1789. De acordo com os estudos de Nisbet (1987), o uso do termo inicia-se nos discursos políticos na Inglaterra, mas sua base filosófica surge em 1790 a partir da obra *Reflections on the Revolution in France* de autoria de Edmund Burke. Sua significação circunda em torno de conservar uma estrutura socioeconômica e demanda uma superestrutura para lhe conferir amparo na disseminação de suas ideias e valores, necessitando recorrer aos aspectos ideológicos e políticos para lhe dar sustentação, bem como legitimação diante da sociedade civil.

Burke defende a filosofia da história que se opõe à filosofia dos Whigs, ou progressistas. Além disso, defende as estruturas históricas do feudalismo como “[...] família patriarcal, a comunidade local, a Igreja, as associações e a região [...]” (NISBET, 1987, p. 15-16). Vale lembrar que estas instituições estavam em pleno declínio no pensamento político europeu durante os séculos XVII e XVIII. Neste contexto, encontrava-se em plena ascensão a filosofia do direito natural dos escritos de Hobbes, Locke e Rousseau. De acordo com Nisbet (1987), estes filósofos dedicavam diminuta importância para a sociedade tradicional e seus grupos fincados em suas tradições históricas. Em contrapartida, reconheciam tal sociedade com certa hostilidade. Assim, o que importava era a realidade do indivíduo, distanciando as referidas instituições das análises realizadas.

Ao publicar o livro *Reflections*, Burke procura difundir um anti-iluminismo ao se opor à perspectiva dos revolucionários, bem como daqueles que defendiam os direitos naturais do homem. De certa forma, Burke consegue disseminar sua defesa do tradicionalismo de princípios que se consolidou na Europa Ocidental no século XVIII.

De acordo com Nisbet (1987), a contraforça adversa ao elevado racionalismo e individualismo do Iluminismo está ligado à Igreja e ao quantitativo dos seus filósofos e teólogos limitados à ortodoxia, que não haviam se convertido totalmente à concepção da religião natural e da ética natural nascida do movimento da lei natural do século XVII. Nesse contexto, a Europa Ocidental buscava cada vez mais se distanciar das mudanças provocadas pelo iluminismo, sendo possível devido ao deslumbre que a Idade Média provocou na Alemanha e na Europa Oriental durante o século XVIII, e na Inglaterra e França em meados do século XIX. Portanto, “[...] [o] tradicionalismo era quase inevitável no espírito de regionalismo que dominava a Alemanha, e também, não o esqueçamos, parte de Inglaterra e de França [...]” (NISBET, 1987, p. 18).

À vista do exposto, Netto (2011) pondera que o conservadorismo se caracteriza como um movimento político e intelectual antiburguês que emerge no seio da transição da sociedade feudal para a sociedade regida pelo capital, onde seu marco se encontra no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas que, no decorrer da Revolução Industrial (século XVIII), questionaram a estrutura social e econômica do feudalismo, e a Revolução Francesa (XIX) destrói as ruínas da política do antigo regime.

Em síntese, podemos entender o conservadorismo como uma corrente filosófica aristocrática contra a revolução francesa e suas transformações no processo pelo avanço das forças produtivas. Desse modo, o declínio do regime senhorial e a

formação de novos regimes políticos resultou na ascensão da burguesia e na perda de benesses. Esse processo está na gênese do conservadorismo. Vale dizer que os avanços alcançados pelas transformações das forças produtivas significaram apenas uma nova forma de dominação e exploração de maneira mais precária e intensa do proletariado.

As repercussões históricas da atuação da burguesia revolucionária são de longo alcance, incidindo, inclusive, sobre o contemporâneo. Por conseguinte, logo após a destituição do regime feudal e a consolidação das relações de produção capitalista, a burguesia abandona suas bandeiras de luta e assume um caráter antirrevolucionário, combatendo, sobretudo, as aspirações do proletariado (SOUZA; OLIVEIRA, 2018, p. 03). Desta feita, o conservadorismo perfilou um novo direcionamento ideológico e político a partir da Primavera dos Povos (1848).

Em suma, o conservadorismo clássico – alinhado aos interesses da classe dominante burguesa – prima pela defesa de valores e instituições arcaicas que serão reatualizadas conforme as demandas do novo mundo constituído sob os pilares do capital. Dessa maneira, a defesa da família, da religião, da autoridade, da propriedade privada, o culto à moralização, o apelo à ordem, dentre outros elementos, irão compor o escopo do novo ideário conservador.

Destarte, em 1848, a burguesia começa a extinguir qualquer forma organizativa e qualquer revolta da classe trabalhadora, abandonando as bandeiras defendidas na revolução. Dito isso, a nova classe que domina a sociedade agrega em suas práticas o que Burke defendia, ou seja, a negação da revolução. É de relevo salientar que o filósofo irlandês critica justamente a revolução burguesa. Dessa forma, a concepção antirrevolucionária do conservadorismo clássico Burkiano passou a ser direcionado para o proletariado. Nisbet (1987) comenta que, para Burke, a Revolução Francesa se destinava a lutar mais para deter o poder absoluto do que pela liberdade, sendo o poder absoluto visto como um inimigo da sociedade; no conservadorismo clássico, o inimigo passa a ser adjetivo do proletariado. Tal redirecionamento tem influenciado historicamente as sociedades atuais ao rotular como inimigos e subversivos aqueles que lutam pela consolidação dos direitos civis, sociais e políticos.

De acordo com Souza (2016), a perspectiva de Burke defende uma revolução sem revolução (Revolução Gloriosa), distinta daquela consagrada pelas várias correntes progressistas existentes, que realiza alterações localizadas e específicas, mantendo as velhas tradições já fincadas, e que os responsáveis por essa revolução velada seriam uma pequena parte da sociedade, ou seja, os proprietários, sem a participação dos elementos insurrecional e popular, reafirmando o caráter antidemocrata e o impedimento da luta por direitos.

Nesse sentido, podemos identificar uma forte tendência reacionária e uma ideologia antirrevolucionária, as quais explicitam a divergência entre Burke e Marx no tocante ao conceito de revolução. Conforme Souza (2016, p. 115), para Marx, a revolução é “a tomada insurrecional e temporária do Estado, no sentido de desatar as estruturas para sua posterior liquidação”; o conservadorismo defende que a revolução significa “[...] a melhoria com a permanência perene das instituições consolidadas [...]” (SOUZA, 2016, p. 115).

Diante do exposto, o pai do conservadorismo compreende o Estado e a sociedade como originários de uma ordem natural eterna e divinamente pré-determinada, assim como as diversas formas de exploração, desigualdades sociais e propriedade privada que conservam o funcionamento da sociedade burguesa. Portanto, o pensamento conservador tradicional defende o funcionamento do atual modo de produção capitalista, sob o domínio da classe burguesa.

A partir disso, depreende-se que qualquer movimento que se organize para lutar por uma nova sociabilidade será caracterizado por fomentar a desordem, representando uma ameaça à ordem estabelecida. Por conseguinte, o conservadorismo clássico assevera a negação ao modelo de democracia e à justiça social. Isto posto, o pensamento conservador é a base de um governo antirrepublicano e antidemocrático. Não obstante, em meio à conjuntura da crise da década de 1970, marcada pela alta do preço do petróleo, este pensamento foi reformulado ao incorporar os ideais do neoliberalismo:

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. (BARROCO, 2015, p. 625).

Assim, o neoconservadorismo assume a incumbência de consagrar e defender o *ethos* burguês. Destarte, em meio ao contexto de reatualização do conservadorismo na década de 1970, qual seja, de crise econômica e de fortalecimento dos movimentos sociais em um intenso processo de questionamento das bases do sistema do capital, a ideologia pós-moderna¹ encontra solo fértil para ascensão (SANTOS, 2008), sendo considerada por Barroco (2011) como subproduto da ideologia neoliberal.

A ideologia pós-moderna possui como elementos constitutivos a fragmentação, o individualismo, a moralização, a insegurança, a instabilidade, o imediatismo, a fluidez, a competitividade e a naturalização das desigualdades. Neste cenário, a esquerda sofrerá constantes ataques, bem como as expressões da Questão Social² serão tratadas sob a ótica moralista que faz a distinção entre sujeitos bons e maus, em que se deve ter “direitos humanos para humanos direitos” (jargão popular), ignorando as determinações socioeconômicas que interferem nas decisões desses sujeitos.

Neste âmbito, a moral desempenha papel fundante na sociabilidade e na política ao criar juízos de valores centrados na ação do indivíduo e desconsiderando o contexto social que ele está inserido (BARROCO, 2015). Aliás, o apelo à ordem possui como alvo estes indivíduos que não se encaixam no *status quo* e, partindo da moralização das expressões da Questão Social, a prioridade do sistema passa a ser a punição, mesmo que seja feita com as próprias mãos, pois a eliminação do outro é justificada pelo combate à criminalidade.

Conforme Barroco (2015), a militarização da vida cotidiana objetiva disciplinar a classe trabalhadora em prol dos interesses econômicos da sociedade capitalista e manter um clima de segurança para que o capital avance impondo suas requisições de mais lucro, mais trabalho e menos direitos. Ainda segundo a autora, o

neoconservadorismo, ao se deter a moralização do cotidiano, possui cunho ideológico voltado para atacar a esquerda, como foi afirmado anteriormente, contribuindo para a mudança no rumo político e econômico do Brasil a partir de 2013 com as Jornadas de Junho.

Vejamos a seguir as expressões deste ideário no Brasil e sua configuração explícita em um projeto político a partir do golpe de 2016 – entendido como momento da política brasileira em que a burguesia nacional impôs seus interesses com o apoio da mídia, do judiciário e do poder legislativo – que resultou na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República.

NEOCONSERVADORISMO E SUA DIMENSÃO IDEOLÓGICA NO GOVERNO BOLSONARO

A base neoconservadora de extrema direita que possibilitou a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência possui um caldo cultural que emergiu a partir do ano de 2013 em meio às intensas manifestações nas ruas em vários estados do país, as quais ficaram conhecidas como as Jornadas de Junho, e foram lideradas, inicialmente, pelo Movimento Passe Livre (MPL).

O MPL foi um movimento composto por jovens contrários à iniciativa do aumento do preço da passagem do transporte público em São Paulo no governo petista da então presidenta Dilma Rousseff (PT), momento em que ocorreram diversas manifestações. Somados a estas, ocorreram diversos escândalos de corrupção do Partido dos Trabalhadores (PT) que explodiam na mídia, dentre eles o “petrolão”, o qual referenciava ao esquema bilionário de corrupção na PETROBRAS e envolveu cobranças e propinas das empreiteiras, lavagens de dinheiro, dentre outras operações. No ano seguinte, em 2014, aconteceram novas manifestações no país com a presença de grupos conservadores, fato que não acontecia desde 1964.

Vale destacar que, em 2015, toma posse o parlamento com maior número de candidatas de matriz conservadora, como aponta o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) (QUINTELA, 2020). Nesse cenário, “[...] Jair Bolsonaro (PP) foi o deputado federal mais votado pelo estado do Rio de Janeiro, com mais de 460 mil votos [...]” (QUINTELA, 2020, p. 02).

Depreendemos que o PT cedeu espaço em seu governo para indivíduos ligados aos financiadores privados ou aos integrantes da máquina pública, afastando-se de candidatas da base dos movimentos sociais, de visão solidária e humanitária, que poderiam ser o contrapeso ao avanço conservador da extrema direita. Como consequência, no ano de 2015, o governo Dilma volta a ser alvo de novas manifestações nas ruas, desta vez sob o comando dos partidos de direita, que, dentre suas bandeiras de protesto, estavam o conservadorismo moral e o neoliberalismo. Em 2016, o governo Dilma não encontrava mais apoio popular, aqueles que outrora fizeram parte da base do governo, naquele ano, contribuíram e conduziram o golpe contra a presidenta. À vista disso, em abril de 2016, a Câmara dos Deputados iniciou a abertura do processo de *impeachment*, que teve fim em 31 de agosto de 2016, com a cassação do mandato de Dilma com a manutenção dos seus direitos políticos.

A Presidência da República passa a ser assumida interinamente por Michel Temer (2016-2018), vice da então ex-presidenta Dilma. Filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Temer realiza, em 2016, uma gama de ataques à classe trabalhadora, tais como a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, que limita por 20 anos os investimentos públicos nas áreas sociais de saúde, de educação e de assistência social.

O golpe parlamentar-jurídico-midiático (MORAES, 2018) ou “ataque parlamentar, jurídico, midiático, econômico e social” (ORSO, 2017, p. 50) significou a retomada do retrocesso nas políticas sociais traduzida nas iniciativas do governo Temer, que, em nome do ajuste fiscal e da superação da crise, delineou um projeto para o Brasil intitulado de “Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), em que o ponto de largada foi composto pelo “arrocho salarial, o sucateamento das instituições públicas, a institucionalização da raiva, do ódio e da violência, a perseguição declarada e aberta aos servidores públicos, a entrega dos pobres, desempregados e desamparados à própria sorte” (ORSO, 2017, p. 56).

No ano seguinte, em 2017, foi aprovada uma nova legislação trabalhista, a Lei n.º 13.429/2017, que legitima a terceirização irrestrita. Segundo Quintela (2020), esta Lei ocasionou a extinção das garantias trabalhistas, sem mudar o cenário de desemprego. Em 2018, o Brasil apresentou um baixo crescimento econômico, seguido de altas taxas de desemprego e a aniquilação de garantias sociais. Face ao exposto, podemos apontar como ápice do neoconservadorismo no Brasil o atual cenário político, econômico e ideológico, o qual foi semeado nas Jornadas de Junho de 2013, fertilizado com o golpe de 2016, e que teve, posteriormente, como resultado, a eleição de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) à Presidência da República e o fortalecimento da extrema direita.

De acordo com Casara (2020), a imagem de Jair Bolsonaro foi construída em cima de uma fantasia, que apresentou à população brasileira, sob o manto heroico, um personagem extraordinário, atribuindo a ele o *status* de mito por defender os valores de base conservadora, como a defesa da família tradicional, a heteronormatividade, a militarização da vida, a meritocracia, dentre outros valores.

Dito isso, é importante destacar que a atribuição do *status* mito a alguém pode se caracterizar como uma ilusão que pode estar vinculada a uma tradição histórica permeada pela transmissão de significados e valores. Em seus discursos, o então militar realizou falas preconceituosas em todas as áreas, sejam elas relacionadas às regiões brasileiras ou à orientação sexual ou à misoginia, e, além disso, colocou o autoritarismo como base de seu governo, criando uma imagem de defensor da ordem. Cabe destacar que o autoritarismo ocorre, desde o princípio, da gestão do presidente Jair Bolsonaro, de modo que é reverberado de diversas formas, seja no discurso, nas ações, nos decretos, dentre outros.

Com efeito, “Bolsonaro aparece como o político que vai restabelecer a ordem (manifesto)” (CASARA, 2020, p. 142). Por conseguinte, Casara (2020) afirma que, ao atribuir a alguém o sentido de mito, este passa a representar aquilo que não pode ser dito. Assim, a eleição de Bolsonaro, encabeçada pela classe burguesa brasileira, foi uma das formas de atacar a defesa das minorias, a classe trabalhadora, e, ainda, manter a exploração e opressão. Desta forma, “[...] o mito aparece como representante de conteúdos proibidos e, por vezes, inconscientes [...]” (CASARA, 2020, p. 143).

Isso posto, o governo Bolsonaro, alinhado com os ditames neoliberais, deve ser analisado para além do sentido de mito, mas como um sintoma da sociedade brasileira. Casara (2020, p. 146) afirma que o sintoma “[...] é um fenômeno que leva à invenção de um sujeito ou de uma sociedade. Trata-se de uma solução de compromisso entre o conteúdo recalcado e as forças repressoras presentes em cada indivíduo [...]”. Este quadro representa o ataque às ciências humanas e sociais, à precarização das já precárias condições das escolas e universidades públicas, à reprodução dos ideais e valores que legitimam o sistema econômico vigente, ao mesmo tempo em que promovem o culto à acriticidade diante da cultura brasileira, fincada no racismo, no machismo e na misoginia. Dito isso, o que se reserva para as universidades públicas em meio ao governo de Jair Bolsonaro – fruto mais precioso da institucionalização da raiva, do ódio e da violência descrita por Orso (2017)?

GOVERNO BOLSONARO: um ataque às universidades públicas federais

O governo Bolsonaro é marcado por nomeações e deposições de aliados. No Ministério da Educação (MEC) não é diferente. Desta feita, realizamos aqui uma análise dos dois primeiros ministros desta pasta. O primeiro ministro foi o professor Ricardo Vélez Rodríguez, que trilhou uma gestão marcada por polêmicas tanto no que se refere à educação quanto à conciliação de interesses entre os militares e os discípulos de Olavo de Carvalho. Segundo reportagem do Jornal G1 (MAZUI, 2019, n. p.),

[e]m pouco mais de três meses de gestão, o agora ex-ministro colecionou uma série de polêmicas, entre as quais: Disse que quer mudar os livros didáticos para revisar a maneira como tratam a ditadura militar e o golpe de 1964. Anunciou a demissão do secretário-executivo da pasta diante da "guerra" no ministério. Depois trocou os substitutos e também demitiu o presidente do Inep; Pediu a escolas que filmassem alunos cantando Hino Nacional e enviassem o vídeo ao MEC. Depois, voltou atrás; Disse em entrevista que o brasileiro parece um "canibal" quando viaja ao exterior. Depois, disse ter sido "infeliz" na declaração; Afirmou que a universidade não é para todos.

Já o segundo ministro, o professor Abraham Weintraub, com seu discurso ilusório de pacificador, afirmou que “a partir do momento que entro no governo, tenho que me pautar pelas convicções feitas no topo do time. Eu posso ter posições diferentes do presidente Bolsonaro. Eu tenho duas alternativas, ou obedeço, ou caio fora” (TOKARNIA, 2019, n. p.).

O discurso pacificador que permeia a pasta da educação, precisamente às universidades públicas federais, vai para além do discurso. A título de exemplo, no dia 13 de maio de 2019, ocorreu a criação de uma organização denominada de Docentes pela Liberdade (DPL). A tônica ideológica principal do DPL é a defesa de uma educação apartidária, neutra e acrítica. Além desta organização, em 2021 foi criada a Associação dos Reitores das Universidades do Brasil (AFEBRAS), sendo composta por reitores e

reitoras nomeadas(os) pelo Presidente da República mesmo não ocupando o primeiro lugar na lista tríptica. Sem objetivo claro, a associação se propõe a ser uma entidade não vinculada à ideologia de esquerda.

Em síntese, tais iniciativas fomentam a instituição do pensamento único e a negação da reflexão crítica pautadas na escola sem partido e no apelo à ordem para o progresso da nação, tendo em vista que o posicionamento contrário ao governo representa uma ameaça aos bons costumes e à pacificação do país. Diante disso, torna-se necessário combater a esquerda e o marxismo. Evidencia-se o neoconservadorismo transvestido no anseio de atender às necessidades da população sob o discurso da valorização da tradição, da família e da religião, considerando a educação como mecanismo para recuperar as raízes da cultura brasileira, isto é, a naturalização da discriminação étnico racial, a cristalização da desigualdade entre os gêneros, a defesa da heteronormatividade, a legitimação do *ethos* burguês, a disseminação das ideias da classe dominante e o silenciamento das classes subalternas.

No campo das políticas sociais e econômicas, significa o retorno de políticas públicas restritivas sob o viés do assistencialismo e da ascensão e estímulo à participação do terceiro setor, reflexo da contrarreforma do Estado iniciada no Brasil na década de 1990. Além disso, há o fortalecimento da política de subordinação e subserviência aos interesses do capital estrangeiro, com destaque para as demandas dos Estados Unidos.

Diante deste panorama social, político, econômico, cultural e intelectual, o que se reserva para as universidades públicas? Reserva-se a redução do orçamento das universidades federais e o ataque aos cursos das ciências humanas. Vejamos o real sentido dessas decisões arbitrárias que negam a autonomia universitária e a importância da pesquisa científica para o país.

A redução do orçamento das universidades federais por meio do contingenciamento de 30% do orçamento destinado para as despesas discricionárias atingiu, primeiramente, a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). A fundamentação para o contingenciamento foi expressa pelo ministro da educação sob os seguintes argumentos: “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas. A lição de casa precisa estar feita: publicação científica, avaliações em dia, estar bem no ranking”, disse sem esclarecer quais rankings” (G1, 2019, n. p.).

Mas, o que é balbúrdia? Considerando que estas três universidades, em 2019, realizaram eventos promovidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE)³, arrisca-se a dizer que, para o ministro e para o governo, balbúrdia é o fruto do direito à livre expressão em um espaço plural e democrático. De acordo com o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Reinaldo Centoducatte,

[a]s universidades não realizam qualquer tipo de ação contra ou a favor de qualquer posição política ou ideológica. São um espaço que permite a livre manifestação, então grupos podem realizar atividades a favor ou contra, inclusive das próprias administrações e políticas internas. Jamais proibimos qualquer tipo de manifestação. É preciso entender que existe isso dentro da sociedade, estamos em

uma sociedade democrática e o direito de se manifestar é garantido constitucionalmente. (FERREIRA, 2019a, n. p.).

Posto isto, revela-se a perseguição ideológica, em nome do combate à balbúrdia, utilizando a redução do orçamento como forma de punição. Ademais, o outro elemento apontado por Abraham Weintraub para justificar o contingenciamento – baixo desempenho das três universidades – não condiz com a realidade:

[o] ranking da publicação britânica *Times Higher Education* (THE), um dos principais em avaliação do ensino superior, mostra que UnB e UFBA tiveram melhor avaliação na última edição. Na classificação das melhores da América Latina, a UnB passou da 19.^a posição, em 2017, para 16.^a no ano seguinte. A UFBA passou da 71.^a para a 30.^a posição. A UFF manteve o mesmo lugar, em 45.^o. Segundo a publicação, as três se destacam pela boa avaliação em ensino e pesquisa. E UnB e UFBA aparecem entre as 400 melhores instituições do mundo em cursos da área da saúde. (MEC..., 2019, n. p., grifo no original).

Se o suposto baixo desempenho é o elemento chave para o bloqueio, por que não buscar conhecer os fatores que o interferem em vez de punir com a restrição de investimentos? Sem apresentar critérios contundentes, e diante da insustentabilidade dos argumentos postos, o ministro da educação estende o bloqueio para todas as universidades e institutos federais. Vale salientar que este contingenciamento representa, também, uma chantagem a favor da reforma da previdência, em que o ministro argumenta que a decisão poderá ser revertida, caso a reforma seja aprovada “e quando a economia brasileira mostrar sinais de recuperação” (MINISTRO..., 2019, n. p.).

Referente ao ataque às ciências humanas, em consonância com a ideologia pós-moderna e a desvalorização das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, o governo Bolsonaro segue a linha de um ensino tecnicista restrito ao saber ler, escrever, contar “e depois um ofício que gere renda para a pessoa” (AS HUMANIDADES..., 2019, n. p.). Desse modo, para que investir em cursos que nos fazem pensar, refletir, criticar? O ministro da educação visa a destinar recursos dos cursos de filosofia e sociologia para cursos com “retorno imediato para o contribuinte como: veterinária, engenharia e medicina” (AS HUMANIDADES..., 2019, n. p.).

É inevitável mencionarmos a reforma do ensino médio decretada por Michel Temer em 2017, a qual institui “uma completa formação e submissão, senão adestramento para o mercado” (ORSO, 2017, p. 63). A referida reforma institui a não obrigatoriedade das(os) estudantes cursarem disciplinas como artes, sociologia e filosofia. Afinal, “nós queremos uma garotada que comece a não se interessar por política, como é atualmente, dentro das escolas” (QUEREMOS..., 2019, n. p.). É a censura do pensamento crítico legitimada pelo Movimento Escola sem Partido que acusa as(os) professoras(es) das escolas e universidades de doutrinadoras(es) comunistas e as(os) estudantes de doutrinadas(os), consideradas(os) pelo presidente como idiotas/inocentes úteis.

Este movimento, nutrido pelo combate ao marxismo, pelo escracho ao legado do professor Paulo Freire, e pela defesa da neutralidade nos espaços educacionais, representa o retorno da supremacia das ciências positivas nos estudos sociais, da análise fragmentada da realidade social e do olhar técnico sob problemas complexos da sociedade. Além disso, constitui uma afronta à pluralidade teórico-metodológica nas pesquisas científicas desenvolvidas nas universidades públicas que dependem de agências de fomento para o seu financiamento.

Neste âmbito, é imperioso destacarmos o rumo que vem tomando a pós-graduação no país: o da desvalorização das pesquisas nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, consideradas irrelevantes e sem retorno imediato para a sociedade, e do abortamento da pífia democratização nos cursos de mestrado e doutorado mediante o corte das bolsas dos programas de Demanda Social (DS), de Excelência Acadêmica (PROEX), de Suporte à Pós-graduação de Instituições Comunitárias de Ensino Superior (PROSUC), de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) e o Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD) (BOLSONARO..., 2019).

Os cortes das bolsas são camuflados sob a justificativa do recolhimento de bolsas ociosas, desconsiderando que estas bolsas seriam direcionadas para futuras(os) estudantes que se encontram em processo de ingresso na pós-graduação. Isto significa a expulsão de estudantes das classes populares que, a passos lentos e com subsídio de uma recente política de assistência estudantil e de ações afirmativas, estavam adentrando e diversificando os vários espaços universitários do Brasil.

Por fim, o ataque às universidades públicas – com destaque para as universidades federais – se expressa, também, pela ruptura com o processo democrático, assegurado pela autonomia universitária na escolha de suas(eus) reitoras(es) (FERREIRA, 2019b). Isto é, arremessa-se para os escombros da democracia a importância da comunidade acadêmica na escolha da(o) representante maior da universidade.

REFLEXÕES FINAIS

O ideário neoconservador somado à ideologia pós-moderna constitui um aporte indispensável para a manutenção e interiorização do *ethos* burguês e de seus valores morais. Em tempos de barbarização da vida cotidiana, de apelo à ordem, de negação do outro enquanto ser humano, de fluidez das relações sociais, o neoconservadorismo se fortalece para mostrar seu caráter contrarrevolucionário e retrógrado.

No Brasil, este possui sua maior expressão no Golpe de 2016 quando se evidencia a impregnação de ideias contrárias ao marxismo, às lutas sociais, ao comunismo e à esquerda. Contudo, faz-se necessário dizer que este ataque à democracia brasileira representa apenas um fato de um processo iniciado com as Jornadas de Junho de 2013 e que desembocou na eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2018. É a artimanha adotada pela direita para retornar ao governo e resgatar o poder de disseminação de seus interesses particulares como sede interesses coletivos fossem, intrínsecos à defesa do bem comum e ao sentimento de patriotismo.

Desse modo, o governo Bolsonaro é o lugar do repúdio ao diferente, do culto à ignorância, da beatificação do mercado, do desmoronamento da democracia, do

esvaziamento da política reduzida à disputa ideológica, do ataque aos direitos sociais, do endeusamento da militarização da vida cotidiana e da naturalização das desigualdades sociais, educacionais, de gênero e raça. Este governo representa a ascensão do que há de mais deplorável na sociedade brasileira: o ódio ao pobre com suas múltiplas determinações de raça, etnia e gênero.

Além disso, este grupo político pouco entende acerca da importância das universidades públicas e de seu legado para o desenvolvimento social e econômico da sociedade. O contingenciamento de 30% do orçamento das despesas não obrigatórias das universidades federais, o corte nas bolsas de pós-graduação, o ataque às ciências humanas, sociais e sociais aplicadas significam que a preocupação da elite brasileira é sucatear as universidades públicas para estimular a mercantilização do direito à educação superior, é expulsar as classes populares do espaço universitário, é desvalorizar os estudos que desmistificam a realidade social do país, é reafirmar o mito da meritocracia, é transformar a educação em um mecanismo esvaziado de criticidade, demonizando o pensamento freiriano e marxista.

Por outro lado, a nossa preocupação é com as manifestações e mobilizações populares, em que as ruas passam a ser nosso lugar de voz em defesa dos investimentos nas universidades públicas e das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas rechaçadas pelo seu potencial crítico e de desvendamento das estruturas sociais do sistema vigente. Afinal, politizar é confrontar um governo autoritário. Pensamento crítico é ameaça ao pensamento dominante.

A educação omnilateral, entendida como uma educação voltada para a emancipação humana “que deve propiciar aos homens um desenvolvimento integral de todas as suas potencialidades” (LOMBARDI, 2011, p. 362), é uma afronta à educação bancária, que está a serviço do sistema capitalista em que “a educação é o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (FREIRE, 2011, p. 82).

Dito isto, faz-se urgente a organização das classes populares para a manutenção dos direitos sociais, uma vez que o cenário constituído pela fase madura do capitalismo, isto é, a fase em que os elementos da monopolização, privatização e da financeirização constituem os pilares da economia e da intervenção estatal, fragiliza as possibilidades de se conquistar novos direitos, ameaçando, até mesmo, os já positivados. Por fim, o verbo deles é destruir; o nosso é RESISTIR!

Artigo recebido em: 14/03/2022

Aprovado para publicação em: 26/09/2022

THE IMPLICATIONS OF NEOCONSERVATORISM IN FEDERAL PUBLIC UNIVERSITIES: A STUDY FROM THE BOLSONARO GOVERNMENT

ABSTRACT: From the contributions of critical social theory in its Marxist aspect, we aim to problematize federal public universities in the neoconservative scenario that rose in Brazil in mid-2016, legitimizing conservative discourses and the dissemination of the ideals and values of

ARAÚJO, M. L. da S.; NOVAES, M. A. B. de; GÓIS, G. B. de; GONÇALVES, R. M. de P.

postmodern ideology. To this end, we carried out a literature review and analysis of news linked to the digital media internet published in the first year of President Jair Bolsonaro's term (2019). We conclude that this neoconservative and far-right framework directs the persecution of federal higher education institutions in the name of fighting the riot, the censorship of critical thinking and the devaluation of knowledge produced in the human sciences, as well as the reduction of public investments.

KEYWORDS: Neoconservatism. Bolsonaro Government. Federal Universities.

LAS IMPLICACIONES DEL NEOCONSERVATORISMO EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERALES: UN ESTUDIO DEL GOBIERNO DE BOLSONARO

RESUMEN: A partir de los aportes de la teoría social crítica en su vertiente marxista, pretendemos problematizar las universidades públicas federales en el escenario neoconservador que surgió en Brasil a mediados de 2016, legitimando los discursos conservadores y la difusión de los ideales y valores de la ideología posmoderna. Para ello, realizamos una revisión bibliográfica y un análisis de las noticias vinculadas a los medios digitales internet publicadas en el primer año del mandato del presidente Jair Bolsonaro (2019). Concluimos que este entramado neoconservador y ultraderechista dirige la persecución a las instituciones de educación superior federales en nombre del combate a la revuelta, la censura al pensamiento crítico y la desvalorización del conocimiento producido en las ciencias humanas, así como la reducción de las inversiones públicas.

PALABRAS CLAVE: Neoconservadurismo. Gobierno de Bolsonaro. Universidades Federales.

NOTAS

1 - A cultura moderna pode ser demarcada a partir da queda do Absolutismo (XVIII), tendo em vista que seus traços de racionalismo, autonomia individual, humanismo e historicismo, bem como suas características de secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante expressam “os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária” (NETTO, 2011, p. 43).

2 - A Questão Social é entendida enquanto o conjunto das relações contraditórias existentes entre as forças produtivas e o posicionamento político da força de trabalho na esfera pública. Isto é, diz respeito à contradição entre capital e trabalho, bem como à organização da classe trabalhadora para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. A Questão Social se expressa no pauperismo, no desemprego, na fome, dentre outras.

3 - A UnB sediou o 57º Congresso da UNE em julho de 2019; A UFF sediou em abril de 2019 o 6º Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas; e a UFBA sediou em fevereiro de 2019 a 11º bienal da UNE.

REFERÊNCIAS

AS HUMANIDADES e mais uma ideia genial do presidente. **Carta Maior**, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/As-Humanidades-e-mais-uma-ideia-genial-do-presidente/54/43996>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BOLSONARO corta bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. **Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/bolsonaro-corta-bolsas-de-mestrado-doutorado-e-pos-doutorado1>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BARROCO, Maria Lúcia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, [s. v.], n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria Lúcia. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, [s. v.], n. 104, p. 205-218, 2015.

CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

DRUMOND, José Geraldo de Freitas. Educação Superior. *In*: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha (org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, p. 152-154.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, [s. v.], n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: revistas.ufpr.br/educar/article/download/7609/5423. Acesso em: 08 jan. 2019.

FERREIRA, Paula. Bolsonaro rompe tradição e não nomeia reitor escolhido pela comunidade acadêmica. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 2019b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/bolsonaro-rompe-tradicao-nao-nomeia-reitor-escolhido-pela-comunidade-academica-23747956>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

FERREIRA, Paula. 'É impensável desprezar o papel das universidades federais', diz representante dos reitores sobre cortes. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 2019a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/e-impensavel-desprezar-papel-das-universidades-federais-diz-representante-dos-reitores-sobre-cortes-23632049>. Acesso em: 11 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50^a ed. Revisada e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

ARAÚJO, M. L. da S.; NOVAES, M. A. B. de; GÓIS, G. B. de; GONÇALVES, R. M. de P.

G1. **MEC corta verba de três universidades federais, mas não explica motivo.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/30/mec-corta-verba-de-tres-universidades-federais-mas-nao-explica-motivo.ghtml>. Acesso em: 30 jan. 2012.

LOMBARDI, José Claudinei. Algumas questões sobre educação e ensino em Marx e Engels. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, número especial, p. 347-366, abr., 2011.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro empossa Abraham Weintraub como novo ministro da Educação. **G1**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/09/bolsonaro-empossa-abraham-weintraub-como-novo-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MEC mira universidades por 'balbúrdia' e corta 30% de verba da UnB. **Correio Braziliense**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2019/04/30/ensino_ensinosuperior_interna,752333/mec-mira-universidades-por-balburdia-e-corta-30-de-verba-da-unb.shtml. Acesso em: 21 fev. 2022.

MINISTRO nega corte para universidades federais e defende educação básica. **Senado Notícias**, Brasília, DF, 2019. Comissões, n. p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/07/ministro-nega-corte-para-universidades-federais-e-defende-educacao-basica>. Acesso em: 25 fev. 2022.

MORAES, Reginaldo C. O golpe de 2016, suas raízes. Perspectivas da resistência. *In*: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 79-88.

NETTO, Leila Escorim. O pensamento conservador: determinações histórico-conceituais. *In*: NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 35-69.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, Maria Susana Arrosa (org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe, 2002. p. 31-42.

ORSO, Paulino José. A educação em tempos de golpe, ou então, como avançar andando para trás. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-71, maio 2017.

PMDB. PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Fundação Ulysses Guimarães, Brasília, p. 20, 2015. Disponível em:

<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

QUEREMOS uma garotada que não se interesse por política, diz Bolsonaro. **Carta Capital**, São Paulo, p. 01, 2019. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/educacao/queremos-uma-garotada-que-nao-se-interesse-por-politica-diz-bolsonaro>. Acesso em: 13 nov. 2022.

QUINTELA, Débora Françolin. A direita bolsonarista: neoliberalismo, neoconservadorismo e a instrumentalização política da "família". *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44, 2020, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. 1-25. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/9096>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Direitos, desigualdade e diversidade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete et al. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 280.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, [s. v.], n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anuniação de; OLIVEIRA, Marcelly Batista de. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. *In*: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, v. 16, n. 1, 2018, Espírito Santo. **Anais eletrônicos [...]**. Espírito Santo: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2018. p. 1-14. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22616>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TOKARNIA, Mariana. Weintraub diz que não é radical e que vai pacificar MEC. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2019-04/weintraub-diz-que-nao-e-radical-e-que-vai-pacificar-mec>. Acesso em: 20 jan. 2022.

LUCIENE ARAÚJO: Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) (2021). Assistente Social na Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar de Russas-Ce. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas (GEPP/FASSO/UERN). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Superior.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1509-8587>

E-mail: assistente.luciene@gmail.com

ARAÚJO, M. L. da S.; NOVAES, M. A. B. de; GÓIS, G. B. de; GONÇALVES, R. M. de P.

MARCOS ADRIANO BARBOSA DE NOVAES: Doutorando em Educação PPGE/UECE. Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi da Universidade Estadual do Ceará (MAIE/FAFIDAM/FECLESC). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5003-5418>

E-mail: marcos.adriano@aluno.uece.br

GILCÉLIA BATISTA DE GÓIS: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora adjunta IV da graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (UERN). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas (GEPP/UERN). Coordenadora do Núcleo de Estudo sobre a Terceira Idade (NEPTI).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6535-6089>

E-mail: gilceliagois@gmail.com

RUTH MARIA DE PAULA GONÇALVES: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora no Programa de Pós-graduação em Educação PPGE-UECE. Atividades de pesquisa na área de Formação do Educador discutindo as Pedagogias do Aprender a Aprender e a repercussão de uma suposta crise do construtivismo na formação do educador e a relação Trabalho e Educação no Contexto da Crise Contemporânea do Capital, uma Crítica aos Paradigmas Pós-Modernos da Formação Docente.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0070-4123>

E-mail: ruthm.goncalves@uece.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).